



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO

Em 27 de agosto de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Raymara Carvalho Lima Cruz, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Terezinha de Oliveira Santos, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Rubem Lopes Lima e Whallassy de Oliveira Barros. Verificado quórum regimental, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior procedeu à leitura dos versículos de 1 a 8 do capítulo 3 do livro de *Eclesiastes* da *Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 8ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura e autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que observou que, em virtude da insuficiência de quórum, ficaria adiada a apreciação da ata da sessão anterior (que foi aprovada no transcurso da Sessão). A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam a vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, Michelly Moucherek, e o psicólogo Pedro Araújo em alusão ao Dia do Psicólogo (27 de agosto). Neste ínterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Ofício nº 7/2025, de 21 de agosto, de autoria da vereadora Terezinha Soares [Terezinha de Oliveira Santos], que requeria a realização da Tribuna Popular. Nesta oportunidade, fez uso da Tribuna Popular a vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, Michelly Moucherek, que inicialmente saudou o presidente da Casa, os vereadores, as autoridades presentes e o público em geral, após o que declarou sentir-se honrada pelo convite da vereadora Terezinha Soares para se pronunciar sobre a profissão do psicólogo. Em seguida, afirmou que a regulamentação da profissão no Brasil remontava à Lei nº 4.119, sancionada em 27 de agosto de 1962, pelo então presidente João Goulart, sendo esta a primeira lei de regulamentação de uma profissão no mundo. Destacou que, posteriormente, em 1971, fora criado o Sistema Conselhos, com a instalação do Conselho Federal em 1973 e, em 1974, dos primeiros conselhos regionais. Ressaltou que esse percurso histórico consolidara a profissão até os dias atuais, conferindo ao Brasil a posição de país com o maior número de psicólogas e psicólogos no mundo. Comentou que o país reunia mais de 562 mil profissionais registrados e cerca de 1.300 cursos de psicologia, com média de 39 mil formandos por ano, observando que 80% da categoria era composta por mulheres. No que se referia ao



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Maranhão, explicou que a trajetória começara vinculada ao Ceará, no âmbito do CRP-11, e que somente em 2013 fora criado o Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, após desmembramento autorizado por resolução de 2012. Relatou que, no Estado, havia 7.492 psicólogas, sendo aproximadamente 1.300 na região tocantina e 591 em Imperatriz. Informou que, no dia 22 de agosto, inaugurara-se, nesta cidade, a primeira subsede do CRP Maranhão, o que descentralizou os serviços e aproximou o Conselho tanto da categoria quanto da sociedade. Sublinhou que a função primordial do CRP consistia em orientar, fiscalizar e regulamentar a profissão, garantindo serviços de qualidade e impedindo práticas irregulares. Prosseguiu enfatizando que a comemoração da categoria não se limitava à criação da lei de regulamentação, mas se estendia ao compromisso social da profissão, que evoluíra ao longo dos 60 anos de existência, acompanhando as transformações da sociedade. Frisou que a psicologia contemporânea já não se restringia à atuação liberal, estando fortemente presente nas políticas públicas, como no Sistema Único de Saúde (SUS), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na educação e em diversos fóruns de participação social. Ressaltou que a psicologia tivera papel relevante na redemocratização do país, na reforma psiquiátrica, na formulação de políticas de saúde mental e nas políticas antidrogas, assumindo posição contrária a modelos manicomiais. Acrescentou que a profissão também atuava no judiciário, no trânsito, no esporte, no meio ambiente e em outros campos, sempre com base no diálogo, na escuta e na defesa dos princípios democráticos. Na sequência, mencionou palavras do ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Bicalho, segundo o qual as desigualdades e violências não eram superadas apenas com leis, mas dependiam de transformações no modo de ver e reconhecer as pessoas. Assinalou que tal perspectiva reforçava o compromisso diário da categoria com a construção de uma sociedade mais justa. Por fim, a vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, Michelly Moucherek, conclamou a Casa a apoiar a regulamentação de leis que assegurassem a presença de psicólogos e assistentes sociais na educação, como a Lei nº 13.935, e a estimular a ampliação de vagas e concursos na área de saúde mental, de forma a garantir maior cobertura e fortalecimento do cuidado ético e qualificado. Concluía agradecendo o convite e destacando a importância da instalação da subsede do CRP em Imperatriz, que representava benefício não apenas para os profissionais, mas também para toda a sociedade. Na sequência, fez uso da Tribuna Popular o psicólogo Pedro Araújo, que cumprimentou os presentes e agradeceu à vereadora Terezinha Soares pelo convite para discorrer sobre a importância da psicologia e seus desafios. Informou possuir mais de dez anos de formação e atuar no âmbito da psicologia clínica, atendendo principalmente crianças com diagnósticos que afetavam o neurodesenvolvimento, em especial aquelas com transtorno do espectro autista. Ressaltou, a esse respeito, que um dos maiores desafios da profissão consistia em transformar a visão popular, ainda restrita à ideia de que o psicólogo se ocupava apenas de casos ligados a transtornos específicos. Destacou que a psicologia se configurava como profissão polivalente, com atuação em diversos contextos: clínico, escolar, organizacional, institucional e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

nas políticas públicas. Sublinhou que, onde houvesse pessoas, o psicólogo poderia oferecer suporte, identificando necessidades, manejando recursos humanos e promovendo condições adequadas de desenvolvimento e bem-estar. Assinalou que a sociedade aprendia, desde cedo, a cuidar da saúde física, mas não possuía a mesma orientação em relação à saúde mental. Nesse sentido, a psicologia fornecia suporte essencial para lidar com questões emocionais e psicológicas ao longo da vida. Enfatizou, por isso, que a psicologia era uma profissão para todos, indo além de diagnósticos específicos. Referindo-se à sua prática, explicou que atuava com crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista, ressaltando a importância do acesso a serviços de intervenção adequados. Pontuou que tais crianças, após o diagnóstico, necessitavam de uma rede de suporte, frequentemente envolvendo múltiplas terapias, nem sempre restritas à psicologia. Observou que, sob o ponto de vista financeiro, o acesso a esses serviços se tornava difícil para muitas famílias em situação de vulnerabilidade, sendo, portanto, indispensável a oferta de apoio público. Comentou que, em Imperatriz, existiam diversas clínicas voltadas ao desenvolvimento infantil, mas reiterou que o suporte público era fundamental para atender à demanda de famílias sem condições financeiras para custear tais serviços. O psicólogo Pedro Araújo concluiu reafirmando os dois pontos centrais de sua fala: a necessidade de sensibilizar a sociedade quanto à amplitude do trabalho da psicologia e a importância de ampliar o acesso dos indivíduos, em especial crianças autistas, a serviços de intervenção. Por fim, agradeceu novamente o convite e despediu-se da tribuna. Em seguida, o presidente, vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, agradeceu ao psicólogo Pedro Araújo pela exposição realizada na Tribuna Popular e parabenizou a psicóloga Michelly Moucherek pela reflexão trazida à Câmara Municipal e à sociedade. Na ocasião, franqueou a palavra aos vereadores, passando inicialmente à proponente da Tribuna Popular, vereadora Terezinha de Oliveira Santos. A vereadora Terezinha Soares cumprimentou os presentes, agradeceu a Deus pela oportunidade e manifestou satisfação em reconhecer a inteligência e o valor dos profissionais de psicologia. Parabenizou o psicólogo Pedro Araújo, ressaltando sua competência e dedicação, bem como a psicóloga Michelly Moucherek, cuja sabedoria e inteligência destacou. Lembrou que o dia 27 de agosto era dedicado à comemoração do Dia do Psicólogo, congratulando todos os profissionais da categoria. Ressaltou a relevância da psicologia para a saúde, a educação e o desenvolvimento social, reconhecendo a escolha da profissão como missão de vida e dom concedido por Deus. Dirigiu palavras de apreço à psicóloga Ana Carla, que atuava na Secretaria da Mulher, e à psicóloga Ana Clara, agradecendo-lhes pela colaboração com a comunidade. Finalizou reafirmando seu compromisso como representante do povo e colocando-se à disposição da categoria. Na sequência, a palavra foi concedida à vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, que parabenizou todos os psicólogos, fazendo menção especial à sua irmã, também profissional da área. Destacou o caráter técnico e humano do trabalho desenvolvido pelos psicólogos, que acolhiam e tratavam de doenças silenciosas da mente, oferecendo cuidado e escuta à sociedade. Ressaltou ainda que a saúde mental direcionava a saúde



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

física, motivo pelo qual reconheceu a relevância da categoria para a coletividade. Logo depois, fez uso da palavra o vereador Francisco Messias da Silva, que cumprimentou os presentes e destacou a importância dos psicólogos na área da educação. Citou o trabalho da psicóloga Franciara, vinculada ao sindicato dos professores, e enfatizou a obrigatoriedade legal da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, conforme legislação federal de 2019. Defendeu a realização de concurso público municipal para garantir o cumprimento dessa lei e parabenizou a vereadora Terezinha pela proposição da Tribuna Popular. Em seguida, manifestou-se o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior, que parabenizou a vereadora Terezinha Soares pela iniciativa e destacou a relevância da saúde mental, apontando-a, juntamente com as doenças da coluna, como um dos males do século. Ressaltou o crescimento da categoria em Imperatriz e o trabalho dos mais de 500 profissionais da cidade, recordando a fala da psicóloga Michelly Moucherek sobre a instalação da subsede do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão. Destacou a necessidade de tratamento especializado às crianças autistas e afirmou que a Câmara deveria apoiar as pautas da categoria. Na sequência, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior apresentou suas congratulações pelo Dia do Psicólogo, citando profissionais da clínica Afago, doutoras Silvana, Lara, Laísa, Mirelle e Alice, e reconhecendo o trabalho desenvolvido junto a crianças autistas. Ressaltou a importância de ampliar a presença de psicólogos em diversas áreas, inclusive no âmbito da própria Câmara Municipal, para atendimento aos servidores da Casa. Agradeceu aos psicólogos Michelly Moucherek e Pedro Araújo pelas exposições realizadas na Tribuna Popular e anunciou a realização de registro fotográfico oficial do momento, ao lado da vereadora Terezinha Soares e demais vereadores, em homenagem ao Dia do Psicólogo. Por fim, dando seguimento à pauta da sessão, concedeu a palavra ao vereador Whelberson Lima Brandão (Berson do Posto Buriti) para a leitura das correspondências recebidas, quando este informou que não a havia. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação dos Projetos de: Lei Ordinária nº 74/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de faixas de pedestre elevadas em frente a hospitais públicos, escolas e creches públicas, bem como na frente da Câmara de Vereadores, Prefeitura e demais logradouros públicos no município de Imperatriz e dá outras providências". Lei Ordinária nº 77/2025, de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, que "Dispõe sobre normas de circulação, tolerância, transparência e fiscalização nos estacionamentos de grandes empreendimentos em Imperatriz, disciplinando o atendimento ao consumidor e a prioridade prevista na Lei Federal nº 10.048/2000"; Projeto de Lei Ordinária nº 81/2025, de autoria da Mesa Diretora (Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão), que "Altera os arts. 51 e 12 da Lei nº 1.888/2021, para transformar um cargo de Técnico Legislativo em cargo de Contínuo, e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

dá outras providências”; Projeto de Resolução nº 8/2025, de autoria da Mesa Diretora (Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão), que “Dispõe sobre a criação do Projeto ‘Linha do Tempo em Movimento’ no âmbito da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, e dá outras providências”. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias às referidas Comissões Permanentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de nove Indicações: 622/2025, de autoria dos vereadores Jhony dos Santos Silva e Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo (deputado federal Josivaldo JP [Josivaldo dos Santos Melo]), ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para o bloqueamento ou pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua Vital Brasil, no perímetro entre a Av. JK e a Rua São João, na Vila JK; 665/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde - UBS localizada no Povoado Lagoa Verde, com implantação do sistema de marcação de consultas e exames (Sisreg) e de centro odontológico na mesma; 713/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para a construção de praça pública de lazer e convivência no Bairro Dom Afonso Felipe Gregory, entre as Ruas Projetada 9 e 11; 737/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo (deputado federal Josivaldo JP [Josivaldo dos Santos Melo]), ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria com o objetivo de viabilizar, com a máxima urgência, serviço completo de drenagem profunda e pavimentação asfáltica na Av. Liberdade, que percorre importantes bairros da cidade, como Vila Ipiranga, Cafeteira, Alto Bonito e Parque Amazonas. (Ressalve-se que fora aprovada a Indicação nº 425, em 24.04.2025, do vereador Alcemir da Conceição Costa, com o mesmo teor, ao Executivo Estadual e Municipal); 746/2025, de autoria do vereador Berson do Posto Buriti (Whelberson Lima Brandão), ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da drenagem profunda e recapeamento asfáltico da Av. Jacob, ligando a Rodovia BR-010 à Av. Pedro Neiva de Santana. (Ressalve-se que fora aprovada a Indicação nº 212, em 26.02.2025, do vereador Fidelis Uchoa, com o mesmo pedido); 754/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado do Meio Ambiente, Pedro Carvalho Chagas, ao deputado estadual Antônio Pereira Filho, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Meio Ambiente e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Recursos Hídricos, Eloy Ribeiro, da firmação de parceria para a doação de caminhão com car-roceria tipo baú, com capacidade para oito toneladas, destinado à Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz - Ascamari; 781/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, e ao superintendente de Iluminação Pública, Diego Ferrari [Diego Brito da Silva], da realização dos seguintes serviços: construção de banheiros públicos acessíveis e implantação e/ou melhoria da iluminação pública interna e externa nos cemitérios municipais; 784/2025, de autoria do vereador Mesaac Cirqueira Santiago, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica ou bloqueamento, com instalação de sarjetas e meios-fios, da Rua Bom Jardim, bem como da construção de pequena ponte de aproximada-mente cinco metros, localizada no final da Rua Bom Jardim, entre as Ruas Saturnino Belo e Imperatriz Leopoldina, no Bairro Santa Rita; 715/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Boca da Mata (Jorgiana Pinheiro Sousa), ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, da reforma da Escola Municipal Santa Rita, situada no Bairro Boca da Mata, com foco em pintura do prédio, limpeza de roço, tratamento de infiltrações em salas de aula e manutenção hidráulica. Na fase do Expediente da Casa, sob a presidência do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, com a colaboração do primeiro-vice-presi-dente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, foram apresentadas, discutidas e votadas as Indi-cações constantes da pauta do dia. Nesta ocasião, considerando o horário adiantado, assim como o fato de que a pauta constava também de Ordem do Dia, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, evocando o artigo 51 do Regimento Interno, sugeriu a apreciação em bloco das Indicações constantes de Pauta, com o que anuiu o presidente, Adhemar Alves de Frei-tas Júnior, e o Plenário. Inicialmente, foi apreciada a Indicação nº 665/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, que solicitava ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Povoado Lagoa Verde, com implantação do sistema de marca-ção de consultas e exames (Sisreg) e de centro odontológico. Em sua manifestação, a autora explicou que o Sisreg já se encontrava em funcionamento, mas destacou a necessidade de reestruturação do prédio para atender à grande demanda da comunidade. Diversos vereaa-dores se pronunciaram em apoio à proposição, destacando a importância da descentraliza-ção dos serviços de saúde. Subscrições foram solicitadas pelos vereadores Elias Ferreira de Holanda Júnior, Jhony dos Santos Silva, Whelberson Lima Brandão, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Rodrigo Silva de Medeiros Passos e Aurélio Gomes da Silva, todos ressaltando a relevância da matéria. Na sequência, defendeu-se a Indicação nº 737/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, dirigida ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao prefeito Rildo Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura, Vilmar Dantas Nóbrega, propondo serviço completo de drena-gem profunda e pavimentação asfáltica da Avenida Liberdade. O autor enfatizou a urgência



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

da intervenção diante das condições precárias da via, essencial para diversos bairros. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Jorgiana Pinheiro Sousa, Rodrigo Silva de Medeiros Passos e Amauri Alberto Pereira de Sousa. A vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa apoiou a proposição e, em seguida, defendeu a Indicação nº 715/2025, de sua autoria, solicitando ao prefeito Rildo Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, a reforma da Escola Municipal Santa Rita, no Bairro Boca da Mata, com serviços de pintura, limpeza, tratamento de infiltrações e manutenção hidráulica. Ao fazer uso da palavra, o edil Amauri Alberto Pereira de Sousa se dispôs a subscrever a matéria. O vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos defendeu a Indicação nº 713/2025, de sua autoria, que tratava da construção de uma praça pública de lazer e convivência no Bairro Dom Afonso Felipe Gregory, entre as Ruas Projetada 9 e 11, destacando a importância do espaço para práticas esportivas, eventos comunitários e atividades religiosas. A proposição foi subscrita pelo parlamentar Amauri Alberto Pereira de Sousa. Na oportunidade, o vereador Whelberson Lima Brandão apresentou a Indicação nº 746/2025, dirigida ao prefeito Rildo Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura, Vilmar Dantas Nóbrega, solicitando drenagem profunda e recapeamento asfáltico da Avenida Jacob, ligando a BR-010 à Avenida Pedro Neiva de Santana. Justificou que a via, de intenso fluxo, carecia de melhorias estruturais, ressaltando que o Executivo municipal já executava frentes de drenagem em outros pontos da cidade. A indicação foi subscrita pelo edil Amauri Alberto Pereira de Sousa. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa defendeu a Indicação nº 781/2025, que solicitava ao prefeito Rildo Amaral, ao secretário Vilmar Dantas e ao superintendente de Iluminação Pública, Diego Ferrari, a construção de banheiros públicos acessíveis e melhorias na iluminação interna e externa dos cemitérios municipais. Relatou que os frequentadores enfrentavam dificuldades diante da ausência de estrutura sanitária adequada e de iluminação suficiente, especialmente em momentos de dor. A vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz corroborou a importância da proposição, informando que o Executivo já anunciara mutirão de limpeza e troca de iluminação nos cemitérios. Em seguida, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao lado do vereador Jhony dos Santos Silva, defendeu a Indicação nº 622/2025, que solicitava parceria junto ao deputado federal Josivaldo JP, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura, Vilmar Dantas, para o bloqueamento ou pavimentação asfáltica da Rua Vital Brasil, na Vila JK. Ambos ressaltaram a importância da obra para a mobilidade urbana da comunidade. A proposição foi subscrita pelos parlamentares: Amauri Alberto Pereira de Sousa e Raymara Carvalho Lima Cruz. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago defendeu a Indicação nº 784/2025, que solicitava ao prefeito Rildo Amaral e ao secretário Vilmar Dantas a pavimentação asfáltica ou bloqueamento da Rua Bom Jardim, no Bairro Santa Rita, incluindo a construção de pequena ponte de cinco metros no final da via. Exibiu registros da situação precária da rua e da ponte, relatando risco à população. Agradeceu ao Executivo pelas obras já realizadas em outras vias do bairro e expressou confiança na execução de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

sua proposição. Ao fazer uso da palavra, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa solicitou permissão para subscrever a matéria. Por fim, foi apreciada a Indicação nº 754/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, solicitando a doação de caminhão baú, com capacidade para oito toneladas, destinado à Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz - Ascamari. O pedido foi dirigido ao governador Carlos Brandão, ao deputado Antônio Pereira Filho, ao prefeito Rildo Amaral e ao secretário municipal de Meio Ambiente, Eloy Ribeiro. A matéria foi destacada como de grande alcance social e subscrita pelos vereadores Amauri Alberto Pereira de Sousa. A seguir, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação as Indicações constantes da pauta, que foram aprovadas pela unanimidade dos vereadores presentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação dos Projetos de: Resolução nº 7/2025, de autoria dos vereadores Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão, que "Revoga o art. 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz - MA, e dá outras providências"; Decreto Legislativo nº 22/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, que "Outorga o Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Ernâni Magno de Freitas"; Decreto Legislativo nº 24/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que "Concede o Título de Cidadão Imperatrizense ao Dr. Marcos Antonio Oliveira e dá outras providências". Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, que incluíam Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao Projeto de Resolução nº 7/2025; e Parecer Verbal Conjunto (nos termos do artigo 108 do Regimento Interno) da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, favoráveis aos Projetos de Decreto Legislativo nº 22/2025 e nº 24/2025. Imediatamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a única discussão o Projeto de Resolução nº 7/2025, quando explicou que a proposição se fundamentava no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, segundo os quais eleições de Mesa Diretora não poderiam ocorrer no primeiro ano da legislatura, devendo realizar-se apenas a partir de outubro do ano subsequente. O presidente informou ainda que havia sido apresentada a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 7/2025, subscrita pelos vereadores Whalassy de Oliveira Barros, Francisco Messias da Silva, Rosângela Aparecida Barros Curado e Renata Sousa Nascimento, que propunha a adoção do voto secreto para a eleição da Mesa Diretora. Relatou, entretanto, que o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos suscitara questão de ordem solicitando a retirada da referida Emenda. Na ocasião, o vereador Adriano Lima Brito pediu esclarecimentos sobre o conteúdo da emenda, tendo o presidente confirmado tratar-se da previsão de votação secreta. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu à votação nominal a Emenda nº 01/2025 ao Projeto de Resolução nº 7/2025, esclarecendo que os votos favoráveis implicariam na retirada da emenda, enquanto os votos contrários significariam a sua manutenção. Na



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

chamada para a votação, manifestaram-se favoravelmente os vereadores Aurélio Gomes da Silva, Alcemir da Conceição Costa, Terezinha de Oliveira Santos, Francisco Messias da Silva, Renata Sousa Nascimento, Mesaac Cirqueira Santiago, Jhony dos Santos Silva, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Whelberson Lima Brandão, Rosângela Aparecida Barros Curado (*on-line*), Wanderson Manchinha Silva Carvalho (voto registrado por áudio) e o próprio presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior. Votaram contrariamente os vereadores Raymara Carvalho Lima Cruz, Jorgiana Pinheiro Sousa, Adriano Lima Brito e Elias Ferreira de Holanda Júnior. Concluída a apuração, registraram-se treze votos favoráveis e quatro votos contrários, resultando na aprovação da retirada da Emenda nº 01/2025 ao Projeto de Resolução nº 7/2025. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu à votação nominal o Projeto de Resolução nº 7/2025, de autoria da Mesa Diretora, composta pelos vereadores Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão, que “Revoga o art. 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz - MA, e dava outras providências”. Na chamada para a votação, o vereador Aurélio Gomes da Silva, ao declarar seu voto favorável, enalteceu a postura da Mesa Diretora e do presidente na condução dos trabalhos, ressaltando que a revogação se alinhava às decisões do Supremo Tribunal Federal e reforçava a legalidade e a transparência da Casa. Em seguida, manifestaram-se também favoravelmente os vereadores Raymara Carvalho Lima Cruz, Jorgiana Pinheiro Sousa, Alcemir da Conceição Costa, que acompanhou as palavras do colega Aurélio Gomes, Terezinha de Oliveira Santos, que igualmente se associou às manifestações anteriores, Adriano Lima Brito, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Francisco Messias da Silva, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Whelberson Lima Brandão e Jhony dos Santos Silva. Na votação híbrida, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado registrou seu voto favorável por meio de participação remota, assim como o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que declarou apoio à proposição. O presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, também registrou seu voto “sim”. Concluída a apuração, verificou-se que o Projeto de Resolução nº 7/2025 foi aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes, revogando-se o art. 18 do Regimento Interno, consagrando-se a decisão da Câmara Municipal em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Maranhão e assegurando que as eleições da Mesa Diretora ocorressem apenas a partir do segundo ano da legislatura e reafirmando o compromisso da Casa com a transparência e a democracia. Nesta oportunidade, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou que a matéria fora aprovada por dezessete votos favoráveis, determinando seu encaminhamento para os devidos autógrafos e à Procuradoria da Casa, a fim de remeter cópia ao Tribunal de Justiça do Maranhão para anexação ao processo referente às eleições da Mesa Diretora. A seguir agradeceu pela compreensão dos vereadores e lembrou que o tema vinha sendo discutido desde legislaturas anteriores, sendo agora ajustado por recomendação do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Maranhão, o que colocava a Câmara de Imperatriz em sintonia com o entendimento jurídico



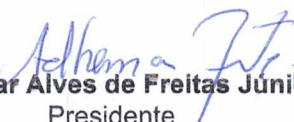
ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

nacional, fixando as eleições da Mesa Diretora somente para o segundo ano do biênio legislativo. Em seguida, lembrou ainda já haver anunciado publicamente, inclusive de forma oficial, que a eleição da Mesa Diretora somente se realizaria a partir de outubro do ano seguinte, em consonância com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Acrescentou que sempre se manifestara contra o voto secreto, por ser autor da lei que extinguiu esse tipo de votação na Casa. Destacou que o voto secreto tivera origem no período do regime militar, quando parlamentares buscavam preservar sua liberdade de expressão, mas que a democracia avançara, permitindo que cada vereador, eleito pelo povo, tivesse a liberdade e a coragem de declarar publicamente seu voto. O presidente rememorou que, desde 2017, vinha defendendo o fim do voto secreto, enfrentando resistências iniciais, mas logrando êxito por meio do diálogo e da argumentação. Reiterou que, atual a transparência era essencial, pois o voto secreto distanciava a população do parlamento. Afirmou que exercer mandato eletivo exigia coragem para se posicionar de forma clara perante a sociedade. Por fim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, parabenizou a Câmara Municipal de Imperatriz pela decisão, salientando que a medida reforçava o compromisso da Casa com a democracia e a transparência, evitando retrocessos e fortalecendo o papel do legislador perante a comunidade. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão (Berson do Posto Buriti), que "outorgava o Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Ernâni Magno de Freitas". Após solicitar a exibição da imagem do homenageado, concedeu a palavra ao autor da proposição. O vereador Whelberson Lima Brandão contou que o Sr. Ernâni Magno de Freitas chegara à cidade de Imperatriz em 1991, onde fixara residência, constituíra família e desenvolvera atividades empresariais. Destacou que o homenageado era proprietário da empresa Vale das Carretas, localizada nas proximidades do Conjunto Habitacional Itamar Guará, gerando emprego e renda para mais de 140 funcionários. Concluiu solicitando o apoio dos colegas vereadores para a aprovação da honraria. Ato contínuo, o presidente submeteu o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2025 a votação nominal. Votaram favoravelmente os vereadores: Aurélio Gomes da Silva, Raymara Carvalho Lima Cruz, Jorgiana Pinheiro Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Francisco Messias da Silva, Renata Sousa Nascimento, Mesaac Cirqueira Santiago, Terezinha de Oliveira Santos, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Adriano Lima Brito, Jhony dos Santos Silva, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Whelberson Lima Brandão, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Rosângela Aparecida Barros Curado (com voto registrado de forma híbrida). O próprio presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, também registrou voto favorável. Concluída a apuração, verificou-se que o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2025 fora aprovado por unanimidade, ficando assim assegurada a outorga do Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Ernâni Magno de Freitas. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 24/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, passando-lhe a palavra para a defesa da matéria. O vereador Alcemir da Conceição Costa declarou sentir-se honrado em indicar o magistrado como destinatário da honraria, relatando sua trajetória marcada pelo compromisso com a justiça e com

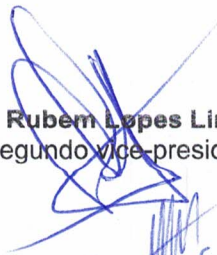


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

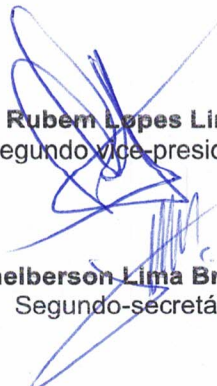
a cidade de Imperatriz. Destacou que o homenageado, natural do Piauí, graduara-se em Matemática e em Direito pela Universidade Federal do Piauí e exercera funções relevantes na Comarca local, atuando no 1º Juizado Especial Cível, na 2ª Vara Criminal e, posteriormente, na 3ª Vara de Família, sempre com seriedade, equilíbrio e presteza. Acrescentou que o juiz também se dedicara ao magistério superior, formando gerações de profissionais, e que em Imperatriz constituíra sua família, sendo avô de Helena e Gabriel. Sublinhou que conceder-lhe o título representava gesto de gratidão da comunidade. Na sequência, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior disse fazer suas as palavras do autor, enaltecendo a dedicação do juiz Marcos Antonio Oliveira a Imperatriz e considerando justa a homenagem. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa também se manifestou, afirmando que o homenageado era pessoa do bem, qualidade essencial de qualquer ser humano, independentemente da profissão. Ato contínuo, o presidente submeteu o Projeto de Decreto Legislativo nº 24/2025 a votação nominal. Manifestaram-se favoravelmente os vereadores Raymara Carvalho Lima Cruz, Jorgiana Pinheiro Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Francisco Messias da Silva, Mesaac Cirqueira Santiago, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Terezinha de Oliveira Santos, Renata Sousa Nascimento, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Adriano Lima Brito, Jhony dos Santos Silva, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Aurélio Gomes da Silva, Whelberson Lima Brandão e o próprio presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Concluída a apuração, verificou-se que o Projeto de Decreto Legislativo nº 24/2025 fora aprovado por unanimidade, assegurando-se, assim, a concessão do Título de Cidadão Imperatrizense ao Dr. Marcos Antonio Oliveira. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando nenhum dos participantes se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 27 de agosto de 2025.


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente


Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente


Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente


Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário


Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário